



Poder Judiciário  
Estado de Pernambuco  
Tribunal de Justiça

---

5ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 321376-5

APELANTE: GORETI MARIA DA COSTA DA SILVA e OUTRO

APELADO: ESPÓLIO DE SEBASTIÃO MAURÍCIO BASÍLIO

RELATOR: AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

REVISOR: DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS (Relator do Acórdão)

CIVIL. PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO REIVINDICATÓRIA. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA. EXCEPTIO USUCAPIONEM. MATÉRIA DE DEFESA. AUSÊNCIA DE ANIMUS DOMINUS.

1 - A jurisprudência desta Corte admite a legitimidade dos herdeiros para pleitearem direitos transmitidos pelo falecido antes mesmo de inaugurado o inventário. Precedentes STJ.

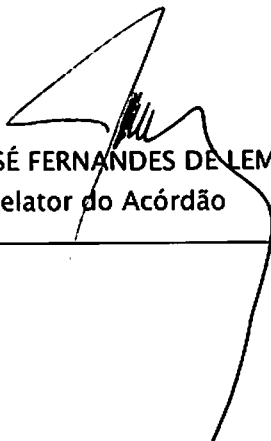
2 - *In casu*, as recorrentes não conseguiram satisfazer os requisitos essenciais da usucapião extraordinária, na conformidade que a Lei exige, eis que não exerceram a posse com o animus dominus, ou seja, ali viviam de forma precária, com a permissão do real proprietário.

ACÓRDÃO

---

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a 5ª CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por maioria de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, na conformidade dos inclusos votos e notas taquigráficas, que passam a integrar este julgado.

Recife, 10/06/2014 2014.

  
DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS  
Relator do Acórdão

---



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho*

**Quinta Câmara Cível**

**APELAÇÃO CÍVEL nº 0321376-5**

**COMARCA:** Camaragibe - 2ª Vara Cível

**APELANTE:** Goreti Maria Costa da Silva e Outro

**APELADO:** Espólio de Sebastião Maurício Basílio

**RELATOR:** Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

**RELATÓRIO**

**RECURSO:**

- Trata-se de Apelação Cível (fls. 103/110) interposta por **Goreti Maria Costa da Silva e Outro** em face da sentença (fls. 68/69) que não acolheu a exceção de usucapião, julgando procedente a Ação Reivindicatória nº 0000737-49.2006.8.17.0420, proposta pelo Espólio Apelado.

**SÍNTESE DA DEMANDA:**

- O caso dos autos versa acerca de Ação Reivindicatória em que o Autor/Apelado pretendendo a imissão de posse dos imóveis descritos na inicial como sendo, os lotes 03 e 04 da quadra 1 - Loteamento Jardim Nossa Senhora Aparecida - Pau Ferro - Aldeia - Camaragibe - PE., mas precisamente na Rua Álvares de Azevedo, nº 172 e 172 A, adquiridos da Imobiliária Clovis de Barros Lima Ltda, encontrou resistência dos Réus/Apelantes, arguindo a prescrição aquisitiva como matéria de defesa, requerendo o acolhimento da exceção de usucapião.

LM

251  
X

**SENTENÇA DE 1º GRAU:**

-Dispositivo sentencial constante à fl. 69, *ipsi litteris*:

*"...Isto posto e tudo mais que dos autos constam, verificado no título da propriedade do autor e não provada a posse em nome do réu e não havendo outras prova em favor do demandado, julgo procedente o pedido formulado na inicial, consoante dispõem os artigos 1.245, 1.246 c/c artigo 1.204 do Código Civil Brasileiro - CCB, para reintegrar, como de fato reíntegro, a res vindicatio ao autor SEBASTIÃO MAURICIO BASILIO, antes qualificado, na posse do imóvel descrito na inicial, ex vi, artigos 458 e 459, do Código de Processo Civil Brasileiro - CPCB. Determino a indenização ao réu no valor correspondente as benfeitorias construídas no imóvel em comum acordo ou através de pericia.*

**FUNDAMENTOS DO RECURSO DE APELAÇÃO:** (fls.103/110)

- A parte apelante sustenta que a prova testemunhal não deixa dúvidas quanta a existência da sua posse desde o ano de 1976, mas que mesmo assim a sentença vergastada fundamentou em sentido contrário afirmando que as testemunhas não provaram a posse mansa e pacífica pelo tempo alegado na inicial, o que se mostra contrária à verdade dos fatos.
- Alega que a sentença de piso não enfrentou a questão da usucapião como matéria de defesa, pois apenas fundamentou que o direito de usucapir deveria ser exercida pelo réu em ação própria, contrariando, assim, a súmula 237 do STF de que a usucapião pode ser arguido como defesa.
- Aduz ainda que preenche todos os requisitos da usucapião, aplicando-se a referida súmula do STF com as provas produzidas nos autos.
- Pugna pelo provimento do apelo, julgando improcedente a ação reivindicatória para que seja reconhecido o seu direito ao título aquisitivo de propriedade do aludido imóvel, invertendo-se o ônus da sucumbência.

**CONTRARRAZÕES:** (132/140)

- Instado a se manifestar, a parte apelada apresentou contrarrazões, apresentando preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam* sob o argumento de que os Apelantes não comprovaram a qualidade de sucessores do Réu, pugnando pelo não conhecimento do recurso de apelação.

LM



959

- No mérito rebate todos os argumentos da apelação, sustentando a inaplicabilidade da súmula 237 do STF, em razão da ausência dos requisitos da usucapião.

- Pugna pelo acolhimento da preliminar e no mérito pelo improvimento do recurso.

- É o Relatório. Ao Revisor.

- Recife, 01 de abril de 2014.

  
Des. Agenor Ferreira de Lima Filho  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador José Fernandes de Lemos

260/

**5ª CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 321376-5**

**APELANTE: GORETI MARIA DA COSTA DA SILVA e OUTRO**

**APELADO: ESPÓLIO DE SEBASTIÃO MAURÍCIO BASÍLIO**

**RELATOR: AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO**

**REVISOR: DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS**

**VOTO DA PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA**

**Des. José Fernandes de Lemos (Revisor):** Inicialmente, enfrento a preliminar de ilegitimidade passiva suscitada pelo autor apelado. Segundo este o recurso de apelação das recorrentes não poderia ser conhecido, pois, de acordo com o mesmo, estas não comprovaram ser sucessoras do réu originário, que veio a falecer no curso do presente processo.

Analizando os autos, tenho que tal assertiva não merece guarida, vez que as recorrentes juntaram aos autos cópia de suas identidades (111/112), onde consta que as mesmas são filhas legítimas do *de cujus*, portanto, sucessoras e herdeiras do mesmo.

Não obstante, o STJ tem entendido que, enquanto não aberto o inventário, os herdeiros têm legitimidade para defender os direitos transmitidos pelo *de cujus*:

MANDADO DE SEGURANÇA. MILITAR. ANISTIA POLÍTICA. DIREITO LÍQUIDO E CERTO DECORRENTE DO PRÓPRIO ATO DE CONCESSÃO. PAGAMENTO RETROATIVO AOS HERDEIROS. LEGITIMIDADE DO ESPÓLIO. ORDEM CONCEDIDA. PRECEDENTES. 1. - A jurisprudência desta Corte admite a legitimidade dos herdeiros para pleitearem direitos transmitidos pelo falecido antes mesmo de inaugurado o inventário. Precedentes. (STJ , Relator: Ministro SÉRGIO KUKINA, Data de Julgamento: 09/04/2014, S1 - PRIMEIRA SEÇÃO,).

Ainda nesse sentido:

AÇÃO DE COBRANÇA. POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. FALECIMENTO DOS CORRENTISTAS/POUPADORES. LEGITIMIDADE DOS HERDEIROS PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DA ABERTURA DE INVENTÁRIO. PRINCÍPIO DA SAISINE, INSCULPIDO NO ARTIGO 1.784 DO CÓDIGO CIVIL. PRETENSÃO AFASTADA EM RELAÇÃO AOS RECORRENTES QUE NÃO DEMONSTRAM ESSA QUALIDADE. Desde que demonstrada essa condição, detêm os herdeiros dos titulares de contas de poupança legitimidade ativa para ajuizar ação que visa a



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador José Fernandes de Lemos

261

cobrança dos expurgos inflacionários de caderneta de poupança, independentemente da abertura de inventário.... (TJ-PR - AI: 7876397 PR 0787639-7, Relator: Edgard Fernando Barbosa, Data de Julgamento: 14/06/2011, 14ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 656).

Ante exposto, REJEITO a preliminar de ilegitimidade passiva suscitada.

É como voto.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador José Fernandes de Lemos

262/1

**5ª CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 321376-5**

**APELANTE: GORETI MARIA DA COSTA DA SILVA e OUTRO**

**APELADO: ESPÓLIO DE SEBASTIÃO MAURÍCIO BASÍLIO**

**RELATOR: AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO**

**REVISOR: DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS**

**VOTO DE REVISÃO**

**Des. José Fernandes de Lemos (Revisor):** Superada a questão, passo a analisar o mérito da presente demanda.

Trata-se de recurso de apelação manejado por GORETI MARIA DA COSTA DA SILVA e MARIA JOSE COSTAS DOS ANJOS contra sentença proferida pelo Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Camaragibe, que julgou procedente a Ação Reivindicatória, nos seguintes termos:

*"Isto posto e tudo mais que dos autos constam, verificado no título da propriedade do autor e não provada a posse em nome do réu e não havendo outras prova em favor do demandado, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, consoante dispõem os artigos 1.245, 1.246 c/c artigo 1.204 do Código Civil Brasileiro - CCB, para reintegrar, como de fato reintegro, a res vindicatio ao autor SEBASTIÃO MAURICIO BASILIO, antes qualificado, na posse do imóvel descrito na inicial, ex vi, artigos 458 e 459, do Código de Processo Civil Brasileiro - CPCB. Determino a indenização ao réu no valor correspondente as benfeitorias construídas no imóvel em comum acordo ou através de pericia. Honorário advocatício e custas processuais ratio lege...." fls. 68/69*

Irresignadas as apelantes alegam, em suas razões (fls100/115), que possuem todos os requisitos para o reconhecimento do *exceptio usucapionem*, vez que ocupam o terreno em litígio, como se proprietárias fossem, desde 1976.

Aduzem, ainda, que as testemunhas apresentadas, foram uníssonas em afirmar que durante todo o período de ocupação nunca apareceu ninguém reivindicando a propriedade ou posse do mencionado terreno.

Pedem a aplicação da Súmula 237 do STF, pois preenche todos os requisitos necessários para o reconhecimento da usucapião por via de exceção.

Contrarrazões juntadas às fls. 131/142, requerendo, em preliminar, o reconhecimento da ilegitimidade passiva das recorrentes e, no mérito, a manutenção da sentença por seus próprios fundamentos.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador José Fernandes de Lemos

263.

Sabe-se que, para o acolhimento de pleito reivindicatório, fundado em direito de sequela atinente ao proprietário, é imprescindível a descrição do imóvel, a comprovação da titularidade do domínio pela parte autora e da posse injusta exercida pela parte ré.

No caso dos autos restou comprovado o direito do autor pela juntada do Registro Imobiliário do Imóvel (fls. 08/13), restando, tão somente, a análise da tese levantada pela defesa das recorrentes - o *exceptio usucapionem* - que passo a analisar;

De dizer que não existe discussão quanto à possibilidade da arguição de usucapião como matéria de defesa, em conformidade com o disposto na legislação civil. No caso específico da prescrição aquisitiva, o decurso de tempo gera direito em favor de quem detenha a posse da coisa, entretanto, posse e lapso de tempo não implicam, por si só, em usucapião. O que não se admite é a concessão da usucapião sem prova de posse com seus requisitos constitutivos essenciais.

No caso em exame, constato as recorrentes não conseguiram satisfazer os requisitos essenciais da usucapião extraordinária, na conformidade que a Lei exige, eis que não exerceram a posse com o *animus dominus*, ou seja, ali viviam de forma precária, com a permissão do real proprietário.

Isso porque as duas testemunhas ouvidas, levadas pelo próprio réu, foram unânimes em afirmar que o Sr. Inácio tomava conta do terreno para uma senhora há mais de 20 anos. (fls.58/59).

Dessa maneira, não há como ser reconhecida a usucapião, por ausência de um dos requisitos essenciais para a sua configuração, qual seja, a posse do bem com animo de dono.

A propósito:

"EMBARGOS DE TERCEIROS. MANUTENÇÃO DE POSSE DE IMÓVEL. DIREITO DE USUCAPIÃO. BEM OBJETO DE ANTERIOR DEMANDA RESCISÓRIA DE CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA. Possuidor direto de imóvel pretendido retomar por força de sentença de rescisão de contrato de compra e venda. Ciência inequívoca da pretensão do alienante. Ausência do direito a ser mantido na posse, com base na retenção por benfeitorias. Posse de má-fé por inexistência de justa causa. Exceção de usucapião. Não-ocorrência da detenção da coisa com ânimo de dono, em face da ciência da titularidade do imóvel e da litigiosidade do bem. Negaram provimento ao recurso. Unânime. (Apelação Cível Nº 70026948406, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador José Fernandes de Lemos

264/

RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em 23/04/2009)"

CIVIL. USUCAPIÃO URBANA. AUSÊNCIA DE POSSE MANSA E PACÍFICA. Não podendo ser considerada a ocorrência de posse mansa e pacífica, não há se falar no preenchimento dos requisitos da usucapião urbana. Destaque-se que posse mansa e pacífica é aquela ininterrupta e incontestada, onde o proprietário mantém atitude passiva em relação ao seu imóvel. (TRF-4 - AC: 3509 PR 2005.70.05.003509-5, Relator: MARGA INGE BARTH TESSLER, Data de Julgamento: 10/03/2010, QUARTA TURMA, Data de Publicação: D.E. 29/03/2010).

Diante do exposto, NEGO PROVIMENTO à apelação interposta, para manter a sentença em todos os seus termos.

É como voto.



265

Quinta Câmara Cível

Apelação Cível nº 321376-5 - Camaragibe (2ª Vara Cível)

Apelantes: Goreti Maria Costa da Silva e Outro

Apelado: Espólio de Sebastião Maurício Basílio

Relator: Des. José Fernandes de Lemos

## VOTO DE VISTA

Pedi vista destes autos na sessão do dia 21.05.2014, após os votos do Relator Des. Agenor Ferreira de Lima Filho, dando provimento ao recurso, reformando a sentença de piso e, conseqüentemente, julgando improcedente o pedido para o fim de não reintegrar os lotes 03 e 04 da quadra 1, do Loteamento Jardim Nossa Senhora Aparecida, Pau Ferro, Aldeia, Camaragibe, ao autor Sr. Sebastião Maurício Basílio, enquanto que o revisor, Des. José Fernandes, votou no sentido de negar provimento ao recurso, mantendo a sentença de procedência.

Inicialmente, destaco ser incontroverso o fato de que a titularidade dos imóveis objeto do litígio pertencer ao autor/apelado, conforme título de propriedade de fls. 08/13.

Ressalto, por outro lado, que inexiste dúvida quanto à possibilidade de, nas ações reivindicatórias, arguir-se a usucapião como matéria de defesa, nos exatos termos da Súmula 237 do STF.

Quanto à preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam*, voto no sentido de rejeitá-la e o faço pelas mesmas razões apresentadas pelo Relator e Revisor.

Superada a questão prefacial, cabe agora analisar se a prova de que o genitor das apelantes, Sr. Inácio Costa da Silva, exercia ou não a posse dos referidos bens como se dono fosse, de modo a ensejar a improcedência do pedido reivindicatório.

No ponto, o Relator entendeu que: "(...) se vislumbra que a parte Apelante, até a propositura da ação, detinha por trinta anos a posse mansa, ininterrupta e com *animus domini* sobre os lotes (...)".

Por sua vez, o Revisor percebeu que:

"No caso em exame, constato que as recorrentes não conseguiram satisfazer os requisitos essenciais da usucapião extraordinária, na conformidade que a Lei exige, eis que não exerceram a posse com *animus dominus*, ou seja, ali viviam de forma precária, com a permissão do real proprietário. Isso porque as duas testemunhas ouvidas, levados pelo próprio réu, foram unânimes em afirmar que o Sr. Inácio tomava conta do terreno para uma senhora há mais de 20 anos. (fls. 58/59). Dessa forma, não há como ser reconhecida a usucapião, por ausência de um dos requisitos essenciais para a sua configuração, qual seja, a posse do bem com animo de dono."

Entendo da mesma forma que o Revisor.

Com efeito, pelas provas carreadas aos autos, mormente os depoimentos testemunhais de fls. 58/59, constata-se que:



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**  
**Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes**

266

Sr. José Laureano Barbosa Filho - testemunha do próprio Réu (fl. 58):  
“(…) que tem conhecimento, através do Sr. Inácio, que uma senhora que havia comprado o terreno de junto, deixou o requerido no referido terreno para depois ir acertar as contas com o mesmo (…). que não chegou a conhecer a senhora que mandou o Sr. Inácio tomar conta do terreno.”

Sr. Ivanildo Cosme da Silva – também testemunha do Réu (fl. 59): “(…) que o Sr. Inácio toma conta do terreno há mais de vinte anos, porém não sabe informar quem lhe cedeu o referido terreno para o mesmo tomar conta;”

É evidente que as recorrentes não exerciam a posse dos terrenos com o *animus domini*. Observa-se que, na verdade, as mesmas tinham conhecimento de que o seu falecido pai apenas tomava conta do terreno para uma senhora. Ali viviam sim, há mais de 20 anos, mas de forma precária, com a permissão do real proprietário. Não se deve confundir mera detenção ou permissão de uso do bem com animo de dono.

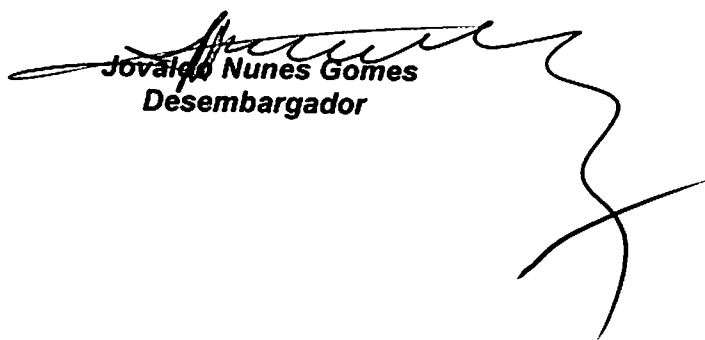
Dessa forma, ausente o requisito do *animus domini*, impossível o reconhecimento da usucapião.

Em consonância, colaciono julgado deste Sodalício:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE IMISSÃO DE POSSE. TUTELA ANTECIPADA. ALEGAÇÃO DE USUCAPIÃO. AFASTADA. HERDEIRO DETÉM A PROPRIEDADE SOBRE A COISA USUCAPIENDA. AUSENTE O ANIMUS DOMINI. UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL. MERA TOLERÂNCIA OU PERMISSÃO. DECISÃO INTELOCUTÓRIA. REFORMADA. RECURSO PROVIDO. AGRAVO REGIMENTAL. PREJUDICADO. POR MAIORIA. (...) 5. No que diz respeito ao suposto exercício da posse do recorrido (ocupante do imóvel em litígio), por ser o mesmo também herdeiro e residir anteriormente no imóvel com seus genitores, vislumbra-se no caso simples tolerância ou permissão, não sendo possível se converter em posse, estando também ausente o *animus domini* a ensejar uma ação de usucapião. (...) 7. Por maioria de votos, deu-se provimento ao Agravo de Instrumento, restando prejudicado o Agravo Regimental. (TJPE - 3ª Câmara Cível. AI nº 297892-7. Rel. Des. Eduardo Sertório).

Ante o exposto, peço vênias ao Ilustre Relator para acompanhar o entendimento do Revisor e votar no sentido de negar provimento ao recurso, mantendo a sentença em todos os seus termos.

É como voto.

  
Jovaldo Nunes Gomes  
Desembargador

**Quinta Câmara Cível****APELAÇÃO CÍVEL nº 0321376-5****COMARCA:** Camaragibe - 2ª Vara Cível**APELANTE:** Goreti Maria Costa da Silva e Outro**APELADO:** Espólio de Sebastião Maurício Basílio**RELATOR:** Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

Conheço do recurso, porquanto presentes os pressupostos necessários a sua admissibilidade.

**VOTO PRELIMINAR****Preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam*.**

Inobstante essa questão seja parte integrante da decisão que rejeitou integralmente os embargos de declaração interpostos pelo Apelado, que dela não recorreu, trata-se inquestionavelmente de matéria de ordem pública, podendo ser apreciada a qualquer tempo e grau de jurisdição, razão pela qual passo a proferir o meu voto.

A parte Apelada tem como principal argumento, o fato de que as Apelantes comprovaram o falecimento do Réu através do atestado de óbito, mas que no entanto seria necessária a abertura de inventário ou qualificação inequívoca das supostas herdeiras, o que não ocorreu, eis que limitaram-se na alegação de inexistência de bens a inventariar e de outros herdeiros, o que é imprestável para comprovação de legitimidade de ingressarem em juízo.

De acordo com os arts. 43 do CPC, ocorrendo a morte de qualquer das partes, dar-se-á a substituição pelo seu espólio ou pelos seus sucessores.

LM



271

Já o Art. 1.055 do mesmo diploma civil, preceitua que a habilitação tem lugar quando por falecimento de qualquer das partes, os interessados houverem de suceder-lhe no processo, sendo procedida à habilitação nos autos da causa principal e independentemente de sentença quando for promovida pelo cônjuge e herdeiros necessário, de acordo com o art. 1.060 do CPC.

Assim, na ausência de inventário não há como desconsiderar a legitimidade ativa dos herdeiros para postular em nome próprio, os direitos que pertenciam ao *de cujus*, como faculta o art. 43 do CPC e do Art. 1784 do CC.

Analisando detidamente os autos, verifico que a parte Apelante requereu sua habilitação na primeira oportunidade que teve para falar nos autos após o falecimento do Réu, por ocasião da interposição do recurso de apelação (fls. 100/101), juntando na oportunidade cópia do atestado de óbito e dos seus documentos de identidades demonstrando que são suas filhas e que têm capacidade processual para suceder o falecido pai.

Além da tempestividade do requerimento da habilitação das herdeiras, verifica-se através do sistema de informatização deste Tribunal que as herdeiras, ora Apelantes, ingressaram com ação de inventário de nº 0002354-97.2013.8.17.0420, não havendo mais que se falar em irregularidade processual.

Neste sentido colhem-se os seguintes precedentes, *verbis*:

**EMENTA:** AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS - LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM DOS HERDEIROS DO MANDANTE FALECIDO - SUCESSORES A TÍTULO UNIVERSAL ENQUANTO NÃO ABERTO O INVENTÁRIO DOS BENS DO DE CUJUS - DIREITO DE EXIGIR AS CONTAS - MANDATÁRIO QUE, POR SUA VEZ, TEM O DEVER DE PRESTÁ-LAS (CPC, ART. 914, INCISOS I e II)- SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO PARA RESTRINGIR A DETERMINAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS AO MANDATO OUTORGADO PELO MANDANTE FALECIDO. 1 - Na ausência de inventário, e portanto, das figuras do espólio e do inventariante, possuem os herdeiros do mandante, seus sucessores universais (Código Civil de 1916, art. 1580, parágrafo único e Novo Código Civil, art. 1791), legítimo interesse em exigir a prestação de contas do mandatário. 2 - O dever de prestar contas é atributo decorrente do exercício do mandato.

(TJ-PR - AC: 3435670 PR 0343567-0, Relator: Renato Naves Barcellos, Data de Julgamento: 04/10/2006, 18ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 7240, )

**EMENTA:** Embargos à Execução Morte do embargante Não abertura de inventário Substituição da parte falecida por seus sucessores Inteligência do Artigo 43 do Código de Processo Civil Prosseguimento do feito Inexistência de elementos disponíveis para julgamento dos embargos nos moldes do Artigo 515 do Código de Processo Civil - Sentença de extinção Recurso provido. (TJ-SP - APL: 9079160772007826 SP 9079160-77.2007.8.26.0000, Relator: Marcia Regina Dalla Déa Barone, Data de Julgamento: 09/08/2011, 10ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 10/08/2011)

**EMENTA:** DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO - LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM - HERDEIRA - RETORNO DOS AUTOS À VARA DE ORIGEM 1 - Entendo configurada a legitimidade ativa ad causam da herdeira do de cujus para ingressar com ação de cobrança postulando direito pertencente ao falecido, tendo em vista que os reflexos financeiros daí decorrentes integram seu patrimônio e como tal podem ser transmitidos aos seus sucessores. 2 - Verifico ser inaplicável o disposto no artigo 515 § 3º do Código de Processo Civil, com a redação da Lei nº 10.352/2001, tendo em vista que a causa não se encontra em termos para julgamento imediato pelo Tribunal, porquanto não aperfeiçoada a relação processual, face à extinção do feito de plano, inviabilizando o contraditório na espécie. 3 - Apelação provida. (TRF-3 - AC: 353 SP 2009.61.20.000353-0, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL NERY JUNIOR, Data de Julgamento: 25/02/2010, TERCEIRA TURMA).

Como visto, no presente caso inexistente a obrigatoriedade de se exigir a representação do espólio pelo inventariante, principalmente porque não existem bens à inventariar, bastando tão somente que se efetive habilitação nos próprios autos, como de fato ocorreu.

Em face do exposto, considerando a tempestividade da habilitação dos herdeiros nos próprios autos com a posterior ação de inventário, reconheço a legitimidade da parte Apelante e rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam*.

É como voto.

Recife, 21 de

*Mais*

de 2014.

  
Des. Agenor Ferreira de Lima Filho  
Relator

**Quinta Câmara Cível****APELAÇÃO CÍVEL n° 0321376-5****COMARCA:** Camaragibe - 2ª Vara Cível**APELANTE:** Goreti Maria Costa da Silva e Outro**APELADO:** Espólio de Sebastião Maurício Basílio**RELATOR:** Des. Agenor Ferreira de Lima Filho**VOTO DE MÉRITO**

Cinge-se a controvérsia do direito material em dilgradeio, e assim os limites do julgamento do presente recurso, em saber se as Apelantes, Rés da Ação Ordinária de Reivindicação, detém o direito perseguido, capaz de obstacular a procedência da ação, levando-se em consideração as circunstâncias e peculiaridades contidas nos autos.

*Ab initio* cumpre esclarecer que o autor propôs Ação de Reivindicação e não de Reintegração de Posse como mencionado no relatório da sentença vergastada.

Através da contestação, a parte Ré, então o falecido pai das Apelantes que lhe substituíram na ação, conforme já decidido no voto preliminar, resiste à presente ação de reivindicação, sob a alegação de que detém a posse mansa e pacífica do imóvel desde 1976, tendo nesse imóvel criado seus 06 (seis ) filhos, dos quais, dois construíram suas residências dentro da área do terreno reivindicado, requerendo que seja reconhecido o direito à prescrição aquisitiva, arguindo a prescrição aquisitiva em defesa, de acordo com a súmula 237 do STF.



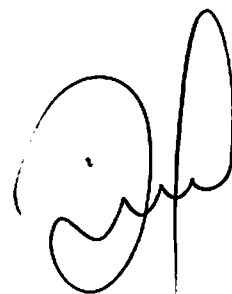
Atento as teses trazidas a debate, tenho que o acervo probatório trazido aos autos não permite dúvida quanto à existência dos elementos caracterizadores da posse antiga das Apelantes, capaz de caracterizar a prescrição aquisitiva.

Compreensão nesse sentido resulta evidente ao se examinar em conjunto, os depoimentos das partes e testemunhas, colhidos nos autos (fls. 58 e 59), onde se vislumbra que a parte Apelante, até a propositura da ação, detinha por trinta anos a posse mansa, ininterrupta e o *animus domini* sobre o imóvel que o Autor/Apelante pretende reivindicar, conforme passo a transcrever:

**Testemunha José Laureano Barbosa Filho:** *"...que tem conhecimento, através do Sr. Inácio que uma senhora que havia comprado o terreno de junto, deixou o requerido no referido terreno para depois ir acertar as contas com o mesmo;" "...antes o Sr. Inácio Morava em outra casa, porém passou a morar neste terreno há cerca de trinta anos; .." "...que sabe informa que Sr. Inácio tem filhos, todos adultos; que conhece os filhos do Sr. Inácio desde criança pois nasceram na casa onde residem há cerca de trinta anos..." "... que não tem conhecimento se apareceu alguém reivindicando o terreno durante todo o tempo em que conhece Sr. Inácio."*

**Testemunha Ivanildo Cosme da Silva:** *"... que nunca presenciou alguém reivindicando a posse do terreno nem pedindo para a parte ré desocupar;" tem conhecimento que o requerido mora no referido terreno há mais de vinte anos.." "...que os filhos do Sr. Inácio foram criados na casa onde reside no terreno.." "...que sempre presenciou o fato de que o Sr. Inácio reside no terreno e desconhece alguém que tenha reivindicado a posse."*

Através do conteúdo dos depoimentos acima transcritos, estou convicto de que o juiz *a quo* não andou bem ao fundamentar na sentença que as duas testemunhas não afirmaram que o demandado detinha a posse mansa e pacífica pelo tempo alegado na contestação.





Enxergo justamente o contrário! Através da prova deponencial, ficou plenamente demonstrado e esclarecido, o tempo, a mansidão e a pacificidade da posse do Réu no imóvel em questão, suficientes para caracterizar a prescrição aquisitiva.

De outro turno, é de bom alvitre trazer à discussão que o conceito de posse, a partir do inciso XXIII, do art. 5º da Constituição Federal está intimamente ligado a função social da propriedade.

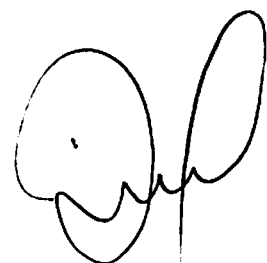
Portanto, a atitude do proprietário que abandona o bem, atenta contra a sua função social, esvaziando-lhe a proteção que o direito outorga à qualidade dominial do particular remisso.

A falta de aproveitamento da coisa, que se reduz a mero componente patrimonial, enseja análise objetiva do próprio fato em si, indicando absoluto contraste com a função social, que traz implícitos uso e proveito.

Por outro lado, o possuidor que exerce a posse com ânimo de dono, demonstra agir com base nos pressupostos da função social que deverá justificar a aquisição de seu direito. É interessante notar que o atributo da função social, conferido pelo possuidor ao bem, antecede a própria propriedade que o pressupõe, ou seja, o possuidor confere à coisa possuída o atributo que lhe foi negado pelo proprietário, que teria o dever legal de concretizá-lo pelo seu exercício.

Assim, possuindo as Demandadas a posse mansa, pacífica, ininterrupta e com *animus domini* do imóvel descrito na inicial e não havendo provas das alegações do Apelado capaz de afastar o direito as Apelantes à prescrição aquisitiva em detrimento da pretensão autoral.

Neste sentido, colho o ensinamento de Benedito Silvério Ribeiro, que bem explica a questão em discussão:



*"a oposição à posse, hábil a quebrar a sua continuidade, não se resume em inconformismo, nem se limita à medidas indefinidas, precárias e inconsistentes, incapazes de qualquer solução. Antes, isso sim, traduz medidas efetivas, perfeitamente identificáveis na área judicial, visando quebrar a continuidade da posse, opondo à vontade do possuidor um a outra vontade que lhe contesta o exercício dos poderes inerentes ao domínio qualificador da posse". (In Tratado de Usucapião. Benedito Silvério Ribeiro. Volume 1, 3ª ed. adaptada ao Estatuto da Cidade e ao Novo Código Civil. São Paulo. Saraiva, 2003, fl. 697.)*

Não menos equivocado é entendimento do juízo *a quo* quanto a impossibilidade de usucapir o imóvel na defesa, sob o fundamento de que é uma expectativa de direito que até então não fora exercida pelo Réu em ação própria.

Ora, tal fundamento afronta literalmente a Súmula 237 do STF, que autoriza a arguição da usucapião na contestação, *verbis*:

**SÚMULA 237: "O USUCAPIÃO PODE SER ARGUÍDO EM DEFESA"**

De certo que as decisões do STJ seguem esse mesmo entendimento, *verbis*:

**EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REIVINDICATÓRIA. ALEGAÇÃO DE USUCAPIÃO COMO MATÉRIA DE DEFESA. POSSIBILIDADE. RESSALVA DO TRIBUNAL DE ORIGEM DE QUE O ACOLHIMENTO DA TESE DA PRESCRIÇÃO AQUISITIVA NÃO IMPORTA NA AQUISIÇÃO DO DOMÍNIO. AÇÃO PRÓPRIA. NECESSIDADE. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA.**

1. "A contradição que dá ensejo aos embargos de declaração é a que se estabelece no âmbito interno do julgado embargado, ou seja, a contradição do julgado consigo mesmo, como quando, por exemplo, o dispositivo não decorre logicamente da fundamentação, e não a eventual contrariedade do acórdão com um parâmetro externo (um preceito normativo, um precedente jurisprudencial, uma prova etc)".

(AgRg no REsp 987.769/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, julgado em 06/12/2011, DJe 13/12/2011) 2. Na espécie, o Tribunal de origem ressaltou que a alegação de usucapião pode ser utilizada como matéria de defesa na



ação reivindicatória; todavia, o pleno reconhecimento da satisfação de todos os requisitos exigidos para o usucapião é matéria reservada para a ação própria. Assim, acolhida a alegação de usucapião como matéria de defesa em ação reivindicatória, os réus não dispõem de título para a transcrição da propriedade no Cartório de Registro de Imóveis.

3. Dessa sorte, a conclusão adotada pelo Tribunal de origem está em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior, de que "o acolhimento da tese de defesa, estribada na prescrição aquisitiva, com a conseqüente improcedência da reivindicatória, de forma alguma, implica a imediata transcrição do imóvel em nome da prescribente, ora recorrente, que, para tanto, deverá, por meio de ação própria, obter o reconhecimento judicial que declare a aquisição da propriedade" (REsp 652.449/SP, Rel. Ministro Massami Uyeda, Terceira Turma, julgado em 15/12/2009, DJe 23/03/2010).

4. Inocorrência de contradição no acórdão recorrido. Violação do disposto no art. 535 do CPC não verificada.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1270530/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/03/2013, DJe 05/04/2013).

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE NULIDADE. ALEGAÇÃO DE USUCAPIÃO COMO MATÉRIA DE DEFESA. POSSIBILIDADE. SÚMULA 237 DO STF. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. OCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (STJ - AgRg no Ag: 1243228 GO 2009/0203069-0, Relator: Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Data de Julgamento: 14/02/2012, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 17/02/2012)

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. AÇÃO ANULATÓRIA DE PARTILHA. ALEGAÇÃO DE USUCAPIÃO PELO RÉU. POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO COMO MATÉRIA DE DEFESA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. OCORRÊNCIA. OMISSÃO CONFIGURADA. 1. A jurisprudência deste Tribunal Superior é no sentido de ser possível a arguição de usucapião como meio de defesa, ainda que se cuide de ação anulatória (cf. Súmula



237 do STF). 2. Há ofensa ao art. 535 do CPC quando a Corte a quo não se manifesta sobre as questões suscitadas nas contrarrazões ao recurso de apelação, reiteradas nos embargos de declaração e imprescindíveis ao escoreito deslinde da controvérsia, o que acaba por evidenciar omissão no julgado embargado. 3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(STJ - AgRg no REsp: 601113 RS 2003/0193866-0, Relator: Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), Data de Julgamento: 19/08/2010, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 27/08/2010).

Demais disso, uma vez comprovados os requisitos da prescrição aquisitiva sobre o imóvel reivindicado, atinge o direito do proprietário de reivindicar o bem contra quem o possua, *verbis*:

**EMENTA:** USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO JULGADO PROCEDENTE. PRESENTES OS REQUISITOS AD USUCAPIONEM RELATIVO AO IMÓVEL DESCRITO NA INICIAL. POSSE DA APELADA COMPROVADA. AUSÊNCIA DE PROVAS DOS FATOS ALEGADOS PELO APELANTE, DISPOSIÇÃO DO ARTIGO 333, II, DO CPC. AÇÃO REIVINDICATÓRIA IMPROCEDENTE. Prova testemunhal a demonstrar a origem da posse, o tempo necessário e o animus domini da autora. Existência de requisitos ad usucapionem. Ausência de provas a afastar a pretensão da autora, disposição do artigo 333, II, do Código de Processo Civil. Sentença mantida. Apelo desprovido. Unânime. (TJ-RS - AC: 70046140786 RS , Relator: Rubem Duarte, Data de Julgamento: 24/01/2012, Vigésima Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 03/02/2012)

**EMENTA:** APELAÇÃO CÍVEL. PROPRIEDADE E DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS. POSSE INDIRETA COM ÂNIMO DO DONO POR PERÍODO DE APROXIMADAMENTE QUATRO DÉCADAS. PRESCRIÇÃO AQUISITIVA QUE ATINGE O DIREITO DO PROPRIETÁRIO DE REIVINDICAR O BEM CONTRA QUEM O POSSUA INJUSTAMENTE. AÇÃO REIVINDICATÓRIA IMPROCEDENTE. APELO NÃO PROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70042747865, Décima Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Bernadete Coutinho Friedrich, Julgado em 01/12/2011 (TJ-RS - AC: 70042747865 RS , Relator: Bernadete Coutinho Friedrich, Data de Julgamento: 01/12/2011, Décima Sétima Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 14/12/2011).

**EMENTA:** APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO REIVINDICATÓRIA IMPROCEDENTE - ACOLHIDA DE ALEGAÇÃO DE USUCAPIÃO EM CONTESTAÇÃO - DEMONSTRADO QUE FORAM PREENCHIDOS TODOS OS REQUISITOS NECESSÁRIOS À AQUISIÇÃO DO DOMÍNIO, VIA USUCAPIÃO ESPECIAL RURAL (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTIGO 191)- RÉUS QUE HAVIAM

278



ADQUIRIDO O IMÓVEL ATRAVÉS CONTRATO DE COMPRA E VENDA - DESCABIDA A ALEGAÇÃO DOS AUTORES DE QUE OS RÉUS NÃO COMPROVARAM O PAGAMENTO DO PREÇO ESTABELECIDO NO CONTRATO DE COMPRA E VENDA - QUESTÃO QUE SOMENTE PODERIA SER ALEGADA PELA PARTE VENDEDORA - TRATANDO-SE DE DIREITO A USUCAPIÃO RURAL ESPECIAL, NÃO HÁ NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE JUSTO TÍTULO E BOA-FÉ. RECURSO DESPROVIDO. Tratando-se de direito a usucapião rural especial, não há necessidade de comprovação de justo título e boa-fé, bastando que o requerente demonstre que possua como sua, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia. (TJ-PR - AC: 6232699 PR 0623269-9, Relator: Roberto De Vicente, Data de Julgamento: 10/03/2010, 18ª Câmara Cível. DJ: 355,)

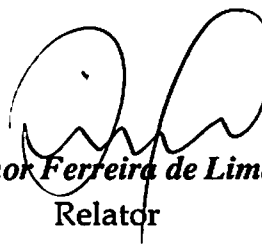
Destarte, tendo a resistência dos apelantes se fundado em posse antiga e demonstrado nos autos que possuem a área do imóvel em discussão com o *animus domini*, consuma-se a prescrição aquisitiva no presente caso, razão pela qual dou provimento ao recurso, reformando *in totum* a sentença vergastada para julgar improcedente a Ação Reivindicatória, condenando a parte Apelada nas custas e honorários advocatícios, fixados em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), de acordo com o § 4º do art. 20 do CPC.

É como voto.

Recife, 21 de

*Mais*

2013.



**Des. Agenor Ferreira de Lima Filho**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador José Fernandes de Lemos

5ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 321376-5

APELANTE: GORETI MARIA DA COSTA DA SILVA e OUTRO

APELADO: ESPÓLIO DE SEBASTIÃO MAURÍCIO BASÍLIO

RELATOR: AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

REVISOR: DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

VOTO DA PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA

Des. José Fernandes de Lemos (Revisor): Inicialmente, enfrente a preliminar de ilegitimidade passiva suscitada pelo autor apelado. Segundo este o recurso de apelação das recorrentes não poderia ser conhecido, pois, de acordo com o mesmo, estas não comprovaram ser sucessoras do réu originário, que veio a falecer no curso do presente processo.

Analisando os autos, tenho que tal assertiva não merece guarida, vez que as recorrentes juntaram aos autos cópia de suas identidades (111/112), onde consta que as mesmas são filhas legítimas do *de cujus*, portanto, sucessoras e herdeiras do mesmo.

Não obstante, o STJ tem entendido que, enquanto não aberto o inventário, os herdeiros têm legitimidade para defender os direitos transmitidos pelo *de cujus*:

MANDADO DE SEGURANÇA. MILITAR. ANISTIA POLÍTICA. DIREITO LÍQUIDO E CERTO DECORRENTE DO PRÓPRIO ATO DE CONCESSÃO. PAGAMENTO RETROATIVO AOS HERDEIROS. LEGITIMIDADE DO ESPÓLIO. ORDEM CONCEDIDA. PRECEDENTES. 1. - A jurisprudência desta Corte admite a legitimidade dos herdeiros para pleitearem direitos transmitidos pelo falecido antes mesmo de inaugurado o inventário. Precedentes. (STJ , Relator: Ministro SÉRGIO KUKINA, Data de Julgamento: 09/04/2014, S1 - PRIMEIRA SEÇÃO.).

Ainda nesse sentido:

AÇÃO DE COBRANÇA. POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. FALECIMENTO DOS CORRENTISTAS/POUPADORES. LEGITIMIDADE DOS HERDEIROS PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DA ABERTURA DE INVENTÁRIO. PRINCÍPIO DA SAISINE, INSCULPIDO NO ARTIGO 1.784 DO CÓDIGO CIVIL. PRETENSÃO AFASTADA EM RELAÇÃO AOS RECORRENTES QUE NÃO DEMONSTRAM ESSA QUALIDADE. Desde que demonstrada essa condição, detêm os herdeiros dos titulares de contas de poupança legitimidade ativa para ajuizar ação que visa a



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador José Fernandes de Lemos

cobrança dos expurgos inflacionários de caderneta de poupança, independentemente da abertura de inventário.... (TJ-PR - AI: 7876397 PR 0787639-7, Relator: Edgard Fernando Barbosa, Data de Julgamento: 14/06/2011, 14ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 656).

Ante exposto, REJEITO a preliminar de ilegitimidade passiva suscitada.

É como voto.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma letra inicial grande e estilizada.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

QUINTA CÂMARA CÍVEL – 21.05.2014

APELAÇÃO CÍVEL Nº 321376-5- CAMARAGIBE

APELANTES : GORETI MARIA COSTA DA SILVA E

: MARIA JOSÉ COSTA DOS ANJOS

APELADO : ESPÓLIO DE SEBASTIÃO MAURICIO BASÍLIO,  
REPRESENTADO POR SUA INVENTARIANTE MARIA  
DO CARMO DE MELO

RELATOR : DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA LIMA FILHO

REVISOR : DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES

RELATÓRIO CONSTANTE NAS FOLHAS 250/252 DOS AUTOS.

---

DR. RAUL FERNANDO DE OLIVEIRA CAVALCANTI FILHO – OAB nº  
19076/PE – REPRESENTANTE DA PARTE APELADA

Excelentíssimo Senhor Desembargador José Fernandes, Excelentíssimo Senhor Desembargador Jovaldo Nunes e Excelentíssimo Doutor Desembargador Agenor Ferreira, Excelentíssima Membro do Ministério Público, Serventuários e Demais Colegas aqui presentes.

Como narrado pelo Doutor, a hipótese é de uma ação reivindicatória proposta por Sebastião Maurício Basílio contra Inácio Costa e Silva, no ano de 2006. A sentença foi prolatada em 08 de julho de 2011, dando total provimento à ação reivindicatória, mandando reintegrar a posse mediante ao pagamento das benfeitorias feitas no terreno. Entre a sentença de mérito e o recurso de apelação interposto pela apelante, tinham ocorrido os óbitos dos dois, tanto do autor quanto o do réu. Em relação ao autor, eu fui diligente em propor o inventário e fiz a substituição processual em relação ao espólio, ou seja, o autor morreu e a gente entrou com espólio. Em relação ao réu, quem entrou com recurso de apelação foram as duas filhas, sem qualquer qualificação, juntando apenas certidão de identidade e a certidão de óbito.

Acreditamos que a identidade, a cópia da carteira de identidade não comprova nenhuma qualidade de sucessão, somente descendente. Sendo assim, pugnamos pela ilegitimidade de parte, até mesmo porque o artigo 499 do CPC, ele afirma que as partes especificam quais são as partes que são titulares de recorrer, que são: o Ministério Público, o terceiro interessado e a parte.

Nesse caso, nenhum dos três, porque dizem ser filhos, não há comprovação de nada que elas são filhas do Senhor Sebastião, até mesmo porque, carreado nos autos, nas audiências, dizem que o Inácio tinham outros filhos e, no recurso de apelação, apenas informam essas duas: dizendo que são as únicas herdeiras.





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

Em relação ao mérito, não, ainda em relação a essa ilegitimidade de parte, o que ficou constatado, só para constatar a parte da ilegitimidade de parte, o despacho de admissibilidade da juíza de 1º grau, eu vou ler a parte final (folhas 240 dos autos):

*"Por intempestivo, recebo o recurso de apelação interposto em ambos os efeitos. Como já foi apresentada às contrarrazões, subam os autos ao e. TJPE, para os devidos fins de direito e com as homenagens de estilo. Diante do efeito suspensivo concedido ao recurso de apelação, restou prejudicado o pedido de perícia das benfeitorias do imóvel, que só poderá ser realizada após o trânsito em julgado da sentença."*

Agora, a parte principal é agora:

*"Intimem-se, devendo a parte ré ser intimada, ainda, para acostar o termo de compromisso do inventariante".*

Ou seja, é uma prova de que as apelantes não juntaram o termo de compromisso do inventariante, ou seja, não é parte legítima. Eu acredito, por analogia, que é a mesma coisa de a gente entrar com agravo de instrumento e o Relator pedir para a gente juntar depois a certidão de intimação, a decisão agravada. São requisitos imprescindíveis que têm que serem demonstrados no início da interposição do recurso e não após.

Em relação ao mérito, em relação à usucapião, que foi alegada na matéria de defesa, eu vou ler dois trechinhos da própria contestação do apelante. É a página 22. Ele fala o seguinte:

*"5.1. Que nos meados do ano de 1976, O Réu adquiriu um pequeno lote de terreno, junto à referida área, (veja bem, ele diz assim), e por não ter dono, passou a tomar conta da mesma, plantando e cuidando como se fosse sua. 5.2 Que com o passar dos anos, vivendo no imóvel que lhe pertencia e cuidando da área ao lado sem nenhuma oposição, resolveu vender o seu Lote, o que fez para o Sr. RODOLFO, que é vizinho ainda hoje. 5.3 Que em 1998, ou seja 12 (doze) anos após possuir e usufruir manda pacificamente a aludida área, construiu sua residência, onde mora com sua família,"*

O que ele disse aqui? O que ele confessou aqui? Que ele tinha um lote dele, vendeu, arditosamente, e pulou, vamos dizer assim, o lote do vizinho, achando que não tinha dono. Eu peguei uma decisão do próprio Tribunal de Justiça, do Desembargador Doutor Erik, da 4ª Câmara Cível, que é idêntica a essa situação. A ementa fala o seguinte:

**"USUCAPIÃO ESPECIAL URBANO. POSSE INJUSTA. NÃO COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS TEMPORAIS. REQUISITOS REIVINDICATÓRIOS DEMONSTRADOS. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME."**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Veja o trecho espinal da própria decisão:

*"Conforme o recorrente ter ocupado o apartamento, ao ter notícia de que o bem se encontrava desocupado, agindo com ardil, diante da ausência da posse injusta e do ardil utilizado, inclusive com a retirada e substituição das fechaduras existentes, além de evidenciar a posse injusta pela violência perpetrada, afasta a pretensão da usucapião e da resistência à pretensão da reintegração de posse."*

Ou seja, é idêntico, sendo que esse caso, aqui, eu acredito que seja pior porque ele vendeu o que era dele e passou para um terreno que ele dizia não ter dono. Nesse caso que eu acabei ler é a mesma coisa: ele estava num apartamento e viu que o apartamento do vizinho não tinha ninguém, entrou e começou usar como sua, querendo, depois, a usucapião.

Então, eu acredito que, caso seja ultrapassada a preliminar de ilegitimidade de parte, em relação à usucapião, também, não faz qualquer tipo de prova, até mesmo porque a posse não é justa, existindo inclusive má-fé de ele vender o que é dele e seguir para o outro.

Com isso, eu espero que o recurso de apelação seja inadmitido e, caso ultrapassada, que seja mantida a sentença de mérito, julgando-se pelo improvimento do recurso de apelação.

---

VOTO DO RELATOR CONSTANTE NAS FOLHAS 270/272 DOS AUTOS

---

---

VOTO DO REVISOR CONSTANTE NAS FOLHAS 260/261 DOS AUTOS

---

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES (REVISOR E PRESIDENTE)

Meu voto é rejeitando a preliminar, na mesma linha de entendimento do eminente Relator. Em discussão. Colho votos.

---

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Acompanho a Turma.

---

VOTO DO RELATOR CONSTANTE NAS FOLHAS 273/279 DOS AUTOS.

---



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**VOTO DO REVISOR CONSTANTE NAS FOLHAS 262/264 DOS AUTOS.**

---

**DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES (REVISOR E PRESIDENTE)**

Meu voto é no sentido de negar provimento à apelação interposta para manter a sentença recorrida. A Turma está em divergência. Eu peço voto ao eminente Desembargador Jovaldo Nunes.

---

**DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES**

Senhor Presidente, eu peço vista, esclarecendo logo que, na próxima sessão, trarei.

---

**DECISÃO:**

"ADIADO A PEDIDO DE VISTA DO DES. JOVALDO NUNES, APÓS A UNANIMIDADE DE VOTOS TER SIDO REJEITADA A PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA, E QUANTO AO MÉRITO, O RELATOR DAVA PROVIMENTO AO RECURSO ENQUANTO O REVISOR NEGAVA PROVIMENTO".

---



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

QUINTA CÂMARA CÍVEL – 28.05.2014

APELAÇÃO Nº 321376-5 – CAMARAGIBE

APELANTES: GORETI MARIA COSTA DA SILVA E OUTRO  
APELADO: ESPÓLIO DE SEBASTIÃO MAURÍCIO BASÍLIO,  
REPRESENTADO POR SUA INVENTARIANTE  
MARIA DO CARMO DE MELO BASÍLIO

RELATOR: DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

REVISOR: DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES

EM SESSÃO REALIZADA NO DIA 21.05.2014, "ADIADO A PEDIDO DE VISTA DO DES. JOVALDO NUNES, APÓS A UNANIMIDADE DE VOTOS TER SIDO REJEITADA A PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA, E QUANTO AO MÉRITO, O RELATOR DAVA PROVIMENTO AO RECURSO ENQUANTO O REVISOR NEGAVA PROVIMENTO".

---

VOTO VISTA ÀS FLS. 265/266 DOS AUTOS.

---

DECISÃO:

"POR MAIORIA DE VOTOS NEGOU-SE PROVIMENTO A APELAÇÃO. LAVRARÁ O ACÓRDÃO O DES. JOSÉ FERNANDES."

---